HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL DA BAÍA DE GUANABARA (12.000 a.C. - 2025)

Período pré-histórico brasileiro

- 12.000
A Baía de Guanabara emergiu com as águas do oceano Atlântico inundando a zona costeira.

Entre - 10.000 e 6.000
O nível do mar era 130 metros abaixo do nível atual (Ruellan, 1944). Nessa plataforma continental, hoje submersa, existiam restingas, falésias, dunas e vasta fauna (Amador, 1997).

- 6.000
Registros de homens dos sambaquis (montes de conchas em tupi-guarani) e de fósseis de mamíferos marsupiais, moluscos terrestres, aves e répteis, além de pedras lascadas e cerâmicas foram encontrados no entorno da Baía de Guanabara (Lamego, 1964).

antes de 1500
As baleias jubarte, cetáceos de 15 metros de comprimento e 40 toneladas, coexistiam em equilíbrio dinâmico com os índios da nação tupi-guarani (Tamoios, Tupinambás e Tupiniquins), integrando-se à paisagem da floresta tropical rodeada de pântanos e manguezais, habitat de variada fauna (papagaios, garças, araras, tucanos, dentre outros animais).

Ocupação, Colonização e Império – 1500 a 1900

1502
No dia 1º de janeiro, a expedição portuguesa de Gaspar de Lemos ocupa a Baía de Guanabara, sob orientação de Américo Vespúcio, que a descreve como "paraíso". Nomeada Rio de Janeiro, mais tarde foi designada Guanabara, cujo significado é "baía do mar" ou "seio do mar".

1531
No dia 30 de abril, a expedição de Martim Afonso de Sousa ancora na Baía de Guanabara e inicia a exploração do território erguendo uma casa de pedra na foz do rio Carioca. Mais tarde, constrói estaleiros e comercializa embarcações: bergantins, galeotas, alvarengas, faluas, saveiros, chatas e canoas (Brasil, 2020).

1555
Nicolau Durand de Villegagnon funda o Forte Coligny e instala a França Antártica.

1565
Estácio de Sá funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no morro Cara de Cão, atual bairro da Urca, visando assegurar a posse do território para a Coroa Portuguesa.

1567
Expulsão dos franceses da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

1602
O rei Felipe III concede o direito de pesca às baleias nas costas brasileiras a navegadores lusitanos, por 10 anos.

1608
Jesuítas da Companhia de Jesus deslocam-se na Baía de Guanabara, via transporte aquaviário, do Colégio no morro do Castelo para a Quinta em São Cristóvão (Memória da Eletricidade, 2001).

1641
Uma vala é aberta na atual rua Uruguaiana para drenar a lagoa de Santo Antônio, escoar esgoto, curtume e lixo, e se constitui a 1ª fonte poluidora da Baía de Guanabara (Coelho, 2007).

1646
Outra vala é aberta (na atual rua Sete de Setembro), ampliando a poluição da Baía de Guanabara.

1710
A ocupação territorial ocasiona drenagem e aterramento de lagoas, ao longo do século, e desaparecimento de enseadas e sacos - Gamboa, Alferes, São Diogo, Inhaúma etc., de ilhas - dos Melões, das Moças, dos Ferreiros, dentre outras, das praias Santa Luzia, Glória, Formosa, São Cristóvão, Maria Angu (Coelho, 2007).

1763
A atividade portuária na Baía de Guanabara é potencializada após a transferência da capital colonial da Bahia para o Rio de Janeiro, com consequências ambientais, tais como desgaste de manguezais, brejos e pântanos, aterramentos de lagoas (Santo Antônio, Boqueirão, Sentinela, Lampadosa, Desterro, Carioca, Dona Carlota) e enchentes (Bernardes; Soares, 1987).

1808 a 1821
Nesse período, Dom João VI banha-se na antiga Praia do Caju para fins terapêuticos, onde hoje se encontra o cemitério São Francisco Xavier (Cemitério do Caju).

1826-1829
Aquarela "Panorama da Baía de Guanabara" registra sua beleza.

1835
A Baía de Guanabara é retratada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret.

1862
A empresa *City Improvements Company* constrói o sistema de esgoto que, segundo Coelho (2007), só livrou a população e as ruas de valas e sujeira na temporada das chuvas.

1870
A Doca da Alfândega é construída e surgem os primeiros projetos para o desenvolvimento do Porto do Rio de Janeiro, que funcionava em instalações dispersas.

Período de 1900 a 1999

1906
A avenida Beira Mar é inaugurada pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos.

1910
O porto do Rio de Janeiro é inaugurado oficialmente, sob a administração de Demart&Cia.

1920
A Associação de Moradores da Colônia de Pescadores Z-10 Almirante Gomes Pereira (AMAPARU) emerge como a primeira organização comunitária da Baía de Guanabara.

1927
"A impiedade humana devastando a natureza! Árvores que choram e rochas que parecem ter coração – como vão sendo sacrificadas as ilhas da Guanabara" é denúncia do jornal O Globo (1927 nov. 2; 1).

1936
A Lei Federal nº 190 estabelece as bases para exploração e para melhoramento do Porto do Rio de Janeiro, a cargo de uma administração autônoma e participação da União.

1949
A Ilha do Fundão incorpora várias ilhas e áreas ocupadas por florestas de mangue.

1950 (década)
O processo de poluição e degradação da Baía de Guanabara coincide com o desenvolvimento urbano-industrial da RMRJ (construção de indústrias - Refinaria de Petróleo de Manguinhos (1954); Refinaria Duque de Caxias (1957); Bayer do Brasil (1958); crescimento populacional, alteração da qualidade das águas, da flora e fauna, da balneabilidade das praias e da pesca) (Britto, 2003).

1954
O governo Getúlio Vargas retira o Brasil da Convenção de Londres, que proibia descarga de óleo em determinadas zonas do planeta, como medida de prevenção à poluição dos mares.

1957
O Jornal O Globo noticia, com destaque, o desaparecimento de peixes em decorrência de aterros e águas poluídas na Baía de Guanabara.

1960 (década)
Inauguração de refinarias na Baía de Guanabara: Duque de Caxias (Petrobrás, 1961); Petroflex, antiga Fabor, unidade operacional da Petrobrás (1962), Manguinhos, atual Refit.

1963
Proibição de caça à baleia jubarte (*Megaptera novacangliae*) no hemisfério Sul pela Comissão Internacional Baleeira.

1972
162 matérias de jornais registram a poluição da Baía de Guanabara.

1973
O Decreto nº 72.439 institui a Companhia Docas da Guanabara, atualmente Companhia Docas do Rio de Janeiro.

1975
Seis toneladas de óleo bruto são despejadas na Baía de Guanabara pelo petroleiro iraquiano Tarik Ibn Ziyad.

1980
Proibição da pesca da baleia na Baía de Guanabara.

1981
A Lei nº 6.938/1981 institui a Política e o Sistema Nacional de Meio Ambiente.

1984
O "Coletivo das Águas – S.O.S. Baía de Guanabara" surge como mobilização da cidadania na defesa da Baía de Guanabara, ecossistema e sua biodiversidade.

O Decreto nº 90.225 institui a Área de Proteção Ambiental (APA) Guapimirim, visando à proteção dos manguezais situados na foz dos rios Iriri, Roncador, Guapi-Mirim, Imboaçu, Guaxindiba e Caceribu, nos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo.

1985
A Lei nº 7.347 de Ação Civil Pública responsabiliza os agentes sociais por danos ambientais.

1989
A Baía de Guanabara é considerada Área de Preservação Permanente (art.268, VII) e Área de Relevante Interesse Ecológico (art.269) pela Constituição Estadual do Rio de Janeiro.

Década de 1990
A União dos Povos da Baía de Guanabara – Movimento Baía Viva foi constituída como um coletivo, um dos movimentos socioambientais pioneiros do Brasil.

A Lei Orgânica Municipal, art. 471/90, considera a Baía de Guanabara área de relevante interesse ecológico (ERIE), visando à sua conservação, restauração ou recuperação.

O Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – PELD (CNPq, CAPES, MMA, Finep e parceiros) é implementado para desenvolvimento de políticas ambientais e gerenciamento de recursos naturais imprescindíveis à humanidade (água, alimento, biodiversidade e recursos genéticos), com envolvimento de cientistas e estudantes em projetos realizados em 30 sítios do Brasil. Nesta rede integra-se o PELD – Guanabara (UFRJ/CNPq).

Implantação do Projeto de Educação Ambiental do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – PEA/PDBG, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, com execução na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (1998-2003), no âmbito do convênio SEMADUR/SEE/FEEMA e financiamento do BID e da JICA.

1993
O Instituto Baía de Guanabara foi criado neste ano e, em 2002, transformado em OSCIP, com o compromisso de desenvolver ações de caráter público - estudos, pesquisas e atividades técnicas e educativas, projetos, programas, cursos e oficinas, com vistas a criar soluções para os problemas socioambientais da Baía de Guanabara.

1994
O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) foi lançado com seis componentes e financiado pelo BID e pelo Banco Japonês para Cooperação Internacional (JBIC), com vistas a ampliar a melhoria do saneamento neste estuário. Apesar da realização de importantes obras de infraestrutura, após a sua conclusão e devido a problemas de gerenciamento e atraso nas obras, alguns componentes tiveram sua eficiência comprometida.

1995
A Associação Livre de Maricultores de Jurujuba-Niterói/RJ (ALMARJ) foi criada com características dos movimentos de Tecnociência Solidária.

1997
Elmo Amador (1997) constata o descaso da Baía de Guanabara com base em documentos históricos e estudos geológicos em sítios arqueológicos, e culpabiliza a colonização e o modelo econômico-social, urbano-industrial, pela degradação da Baía de Guanabara por cerca de 130 anos.

A Lei nº 9.433/1997 de Recursos Hídricos institui a Política e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

2,8 milhões de óleo vazam na Baía de Guanabara com o rompimento do duto da Petrobrás, que ligava a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) ao terminal DSTE - Ilha d' Água, na Ilha do Governador.

1998
A Lei nº 9.605 dos Crimes Ambientais dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Período de 2000 aos dias atuais

2000
A Lei 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

1,3 milhão de litros de petróleo vazam do duto que liga a REDUC ao terminal da Ilha D'água, estendendo-se por 17 km ao longo da Baía de Guanabara, provocando impactos socioambientais (degradação de ecossistemas, contaminação de manguezais, perda de biodiversidade, suspensão da pesca e perda da qualidade de vida dos pescadores artesanais), e gerando conflitos entre os pescadores e a indústria petrolífera. Nesse momento, o Conselho Gestor da Baía de Guanabara foi instituído pelo Decreto Estadual nº 26.174/2000.

Os manguezais de Suruí/Magé são contaminados com o derramamento de 1.300 m3 de óleo combustível marinho da tubulação PE-2 do sistema de transferência de produtos da Reduc para o terminal Torguá, ambos da Petrobrás.

2001
A Lei estadual nº 3616 institui o dia da Baía de Guanabara em 18 de janeiro.

2002
Cerca de 50 mil litros de óleo combustível vazam do transatlântico inglês Caronia no píer da Praça Mauá, mas o óleo foi rapidamente contido.

2005
O Comitê da Região Hidrográfica da BG (CRHBG) foi criado pelo Decreto Estadual nº 38.260 e elaborado o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara (PDRHBG).

2006
A Estação Ecológica da Guanabara (ESEC-Guanabara) foi criada na área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim.

2007
A Associação de Homens e Mulheres do Mar (Rede AHOMAR) constitui-se como a principal representação de pescadores artesanais na resistência à supremacia da indústria de petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (Duarte, 2009).

Nesse mesmo ano, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 2007) apresentou os pontos positivos e negativos da construção do Terminal Flexível de Gás Natural Liquefeito na Baía de Guanabara.

2009
Instauração do conflito APA-Guapimirim/ESEC-Guanabara e Sendas Agropecuária S.A. O Projeto Baía Limpa foi implementado na UERJ, em parceria com a FEPERJ, envolvendo as Colônias de Pescadores Artesanais Z-08, Z-09, Z-10 e Z-11, para monitoramento dos resíduos sólidos que chegam à Baía de Guanabara (Ferreira, 2011).

2010
Conflito entre Unidades de Conservação e o Complexo Industrial e Empresarial de São Gonçalo (CIESG), em função dos impactos socioambientais constatados na região e dos possíveis danos futuros a serem causados às Unidades de Conservação e às populações locais.

A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e altera a Lei nº 9.605/1998, estabelecendo diretrizes à gestão integrada e o gerenciamento ambiental adequado desses resíduos.

2011
Conflito entre o Desenvolvimento Urbano-Industrial e a qualidade das Águas da Baía de Guanabara (CEDAE, 2011), devido a implantação de mais de 1000 postos de gasolina, expansão urbana e aumento da população residente em áreas periféricas e favelas sem serviços públicos de esgotamento sanitário e coleta de lixo, com sérios danos à saúde da população e ao ecossistema, além de prejuízos econômicos às áreas de pesca, turismo, lazer etc. (Coelho, 2007).

O Termo de Ajustamento de Conduta da Reduc foi assinado prevendo investimentos na ordem de 1 bilhão de reais em ações de saneamento da Baía de Guanabara.

2012
O Rio de Janeiro recebe o título de Patrimônio Mundial da UNESCO como paisagem natural urbana, em São Petersburgo/Rússia, pelas belezas naturais da Floresta da Tijuca, Pão de Açúcar e Baía de Guanabara.

O Programa de Saneamento Ambiental (PSAM) foi criado para promover a reversão da degradação ambiental com financiamento do BID e execução do FECAM.

2013
Empréstimo de US$ 452 milhões concedido pelo BID ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para implementação do "Pacto pelo Saneamento", que contempla o "Plano Guanabara Limpa" e o "Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara" (PSAM).

2015 a 2024
300 kg de metais pesados, como chumbo e mercúrio; 7 toneladas de óleo; 64 toneladas de resíduos industriais; 400 toneladas de esgoto doméstico e 816 toneladas de lixo flutuante foram lançados na Baía de Guanabara (ALERJ, 2025), em decorrência da urbanização, dos múltiplos usos do espelho d'água e da ausência de uma gestão pública integrada.

2015 a 2014
245 baleias jubartes foram vistas no litoral do Rio de Janeiro.

2018
Milhares de litros de óleo vazaram do duto da Transpetro, em Magé/RJ, em decorrência de tentativa de furto a 3km da foz do Rio Estrela.

2020
Águas cristalinas ressurgem na Baía de Guanabara durante o isolamento social provocado pela pandemia de COVID-19 (SARS-COV 19), em função do ciclo das marés, da redução de resíduos sólidos do fluxo industrial e do tráfego de embarcações.

2021
Com base em análises de 2014 a 2020, o INEA demonstra que 21 pontos de monitoramento de qualidade da água da Baía de Guanabara registraram índices ruim ou péssimo.

2022
A Universidade do Mar foi criada por adesão de 70 instituições, sob a liderança da Faculdade de Oceanografia da UERJ, do Movimento Baía Viva e da Associação de Moradores da Ilha de Paquetá - Morena.

2022-2024
Articulações socioambientais da Baía de Guanabara foram mapeadas no Módulo Socioambiental (UERJ) do PELD-Guanabara (UFRJ/CNPq).

2023
O Decreto Estadual nº 48.666, vinculado à Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), dispõe sobre o Programa Guanabara Azul e cria o Centro Integrado de Gestão da Baía de guanabara (CIG-BG).

2025
Lançamento dos projetos Águas Limpas e Cavalos da Enseada em parceria de Águas de Niterói, Instituto Rumo Náutico, Ministério Público e Prefeitura de Niterói, com vistas a garantir o ecossistema equilibrado e sustentável da Baía de Guanabara.

Elaboração de Elza Neffa com base na pesquisa do Módulo Socioambiental do PELD-Guanabara (UERJ/UFRJ/CNPq), 2025.

LABMUNDO, 2025